

TRIBUNAL DE CONTAS  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Relatório de  
atividades*

1º Trimestre  
2015



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - RS



**Política da Qualidade**

Assegurar o aperfeiçoamento contínuo do controle externo, alinhado aos nossos valores e às regras e aos princípios constitucionais.

**MISSÃO**

**DIRETRIZES**

**VISÃO**

Exercer o controle externo sobre a gestão do Estado e dos Municípios do Rio Grande do Sul, em conformidade com as regras e os princípios constitucionais, contribuindo para o aperfeiçoamento da Administração Pública, em benefício da sociedade.

Assegurar os recursos orçamentários adequados ao funcionamento e à modernização do TCE-RS;

Modernizar a estrutura, os processos de trabalho e a gestão do TCE-RS;

Qualificar e agilizar os procedimentos de auditoria e fiscalização, priorizando os temas de maior relevância à sociedade e à Administração Pública;

Buscar a eficiência e a eficácia operacionais do TCE-RS;

Fortalecer o espaço jurisdicional do TCE-RS.

Ampliar o reconhecimento da sociedade a partir da atuação do TCE-RS no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.

**Valores**

Transparência

Profissionalismo

Valorização das Pessoas

Efetividade

Independência



## **COMPOSIÇÃO**

**Conselheiro CEZAR MIOLA**

Presidente

**Conselheiro MARCO ANTONIO LOPES PEIXOTO**

1º Vice-Presidente

**Conselheiro IRADIR PIETROSKI**

2º Vice-Presidente

**Conselheiro ALGIR LORENZON**

Presidente da 1ª Câmara

**Conselheiro ADROALDO MOUSQUER LOUREIRO**

Corregedor-Geral

**Conselheiro ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER**

Ouvidor

**Conselheiro PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO**

Presidente da 2ª Câmara

**GERALDO COSTA DA CAMINO**

Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

**DANIELA WENDT TONIAZZO**

**ÂNGELO GRABIN BORGHETTI**

**FERNANDA ISMAEL**

Adjuntos de Procurador

**HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI**

**CESAR VITERBO MATOS SANTOLIM**

**ALEXANDRE MARIOTTI**

**RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO**

**DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA**

**ANA CRISTINA MORAES WARPECHOWSKI**

**LETÍCIA AYRES RAMOS**

Auditores Substitutos de Conselheiro

**TARCÍSIO FRANCISCO DAL RI**

Chefe de Gabinete da Presidência

**VALTUIR PEREIRA NUNES**

Diretor-Geral

**LEO ARNO RICHTER**

Diretor de Controle e Fiscalização

**SANDRO CORREIA DE BORBA**

Diretor Administrativo



# S U M Á R I O

## **1 - Considerações Iniciais**

## **2 - Presidência**

**2.1** - Audiências concedidas pelo Presidente

**2.2** - Reuniões Administrativas, Técnicas e Eventos

**2.3** - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

## **3 - Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras**

**3.1** - Processos relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

## **4 - Auditores Substitutos de Conselheiro**

## **5 - Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**

## **6 - Corregedoria-Geral**

## **7 - Direção-Geral**

**7.1** - Gabinete

**7.2** - Consultoria Técnica

## **8 - Direção Administrativa**

**8.1** - Assessoria Administrativa

## **9 - Atividades de Controle Externo**

### **Direção de Controle e Fiscalização**

**9.1** - Assessoria Técnica

**9.2** - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo

**9.3** - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações - SAPI

**9.4** - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

**9.5** - Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM

**9.6** - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO 1º TRIMESTRE DE 2015

### 1 - Considerações Iniciais

---

Tenho a honra de apresentar a este egrégio Plenário o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao 1º trimestre do exercício de 2015, peça a ser encaminhada à augusta Assembleia Legislativa e elaborada em cumprimento ao disposto no artigo 27, inciso XIII, da Lei Estadual nº 11.424, de 06 de janeiro de 2000 - Lei Orgânica do TCE-RS, combinado com o artigo 14, inciso XXIII, do Regimento Interno, diploma aprovado pela Resolução nº 544/2000.

No período de 1º-01-2015 a 31-03-2015, esta Corte esteve assim constituída:

**Conselheiro CEZAR MIOLA - Presidente;**

**Conselheiro MARCO ANTONIO LOPES PEIXOTO - 1º Vice-Presidente;**

**Conselheiro IRADIR PIETROSKI - 2º Vice-Presidente;**

**Conselheiro ALGIR LORENZON - Presidente da 1ª Câmara;**

**Conselheiro ADROALDO MOUSQUER LOUREIRO - Corregedor-Geral;**

**Conselheiro ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER - Ouvidor;**

**Conselheiro PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO - Presidente da 2ª Câmara.**

Seguindo as diretrizes traçadas pela Presidência da Casa, os resultados obtidos no 1º trimestre de 2015 estão retratados no presente Relatório de Atividades.



## 2 - Presidência

### 2.1 - Audiências concedidas pelo Presidente

No decorrer do trimestre, o Senhor Conselheiro-Presidente concedeu 41 (quarenta e uma) audiências a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, conforme segue:

Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado e Autoridades Estaduais	23
Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais	03
Presidentes e ex-Presidentes de Câmaras, Vereadores e Autoridades Municipais	04
Outros	11
TOTAL	41

### 2.2 - Reuniões Técnicas

A Presidência promoveu 05 (cinco) Encontros de Trabalho Administrativo com os Senhores Conselheiros, Auditores Substitutos de Conselheiros e o Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Foi realizada, também, 01 (uma) reunião técnica com a Coordenação-Geral, integrada pelos Senhores Diretores, visando ao debate de questões operacionais e administrativas do Tribunal de Contas.

### 2.3 - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, órgão de **educação corporativa** do Tribunal de Contas do Estado, no exercício das atribuições definidas na Lei Estadual nº 11.935, de 24 de junho de 2003, desenvolveu, por iniciativa própria ou por demanda, as seguintes **ações de educação no trimestre**:



<b>Quantidade</b>	<b>Ações de Educação - Público Interno</b>	<b>Participantes</b>
07	Congressos, Fóruns e Simpósios, Encontros	205
16	Cursos de Aperfeiçoamento	169
<b>23</b>	<b>Total</b>	<b>374</b>
<b>Quantidade</b>	<b>Ações de Educação - Público Externo</b>	<b>Participantes</b>
01	Seminários, Conferências e Encontros	190
01	Visitas Técnicas	29
01	Ações de Cooperação	100
06	Cursos de Aperfeiçoamento	1.686
02	Cidadania com Arte	149
<b>11</b>	<b>Total</b>	<b>2.154</b>
<b>Total Geral</b>		<b>2.528</b>

### 3 - Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

Compete à Secretaria das Sessões acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

<b>ÓRGÃO</b>	<b>SESSÕES</b>	<b>TIPO DE SESSÃO</b>	<b>PROCESSOS</b>
1ª Câmara	10	Ordinária	242
2ª Câmara	10	Ordinária	218
1ª Câmara Especial		-	
2ª Câmara Especial		-	
Câmaras Especiais Reunidas		-	
Tribunal Pleno	10	Ordinária	290
	3	Administrativa	6
		Sessão Especial/Extraordinária	
<b>TOTAL DE PROCESSOS APRECIADOS</b>			<b>756</b>



Suspensões de julgamento e solicitações de vista	63
<b>TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS</b>	693
<b>PARECERES EMITIDOS*</b>	
Contas Anuais	-
Parecer Favorável	123
Parecer Favorável (Reversão de Parecer Desfavorável)	11
Parecer Desfavorável (Reversão de Parecer Favorável)	
Parecer Desfavorável	2
Parecer Favorável/Desfavorável (Ordenadores distintos)	5
<b>JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CONTAS - OUTROS</b>	
Julgamento pela Regularidade de Contas	100
Julgamento pela Regularidade de Contas, com ressalvas**	181
Julgamento pela Irregularidade de Contas	31

\*A análise da Gestão Fiscal, que anteriormente resultava na emissão de pareceres específicos, teve sua disciplina regimental alterada a partir de 01-01-2013, conforme disposto na Resolução nº 943/2012 (publicada no DET de 17-04-2012), passando a matéria a integrar: i) o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal Pleno sobre as Contas prestadas pelo Governador à Assembleia Legislativa, nos termos do art. 75; ii) os Processos de Contas de Gestão da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Justiça Militar, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Câmaras Municipais, como dispõe o art. 95, parágrafo único; e iii) os Processos de Contas de Governo dos Executivos Municipais, de acordo com o art. 80, todos dispositivos do RITCE.

\*\*Até o advento da Resolução nº 943/2012 (publicada no DET de 17-04-2012), a denominação regimentalmente adotada era "baixa de responsabilidade, com ressalvas".

### 3.1 - Processos Relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

Os quadros a seguir contêm dados estatísticos sobre os processos relatados pelos Senhores Conselheiros e Auditores Substitutos de Conselheiro, no decorrer do trimestre.





PROCESSOS RELATADOS NO TRIBUNAL PLENO															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G	
<b>TRIBUNAL PLENO</b>															
Administrativo															
Agravo Regimental	2			1			1				1				<b>5</b>
Análise da Evolução Patrimonial de Agente Público															
Auditoria de Admissão															
Auditoria de atos derivados de pessoal															
Auditoria Operacional				1		1									<b>2</b>
Consulta															
Embargos Declaratórios	4		2	2	6	2	2	1	6		1		2	1	<b>29</b>
Inativação															
Infração Administrativa															
Inspeção Especial	2	1	4	2	3	7	1		1						<b>21</b>
Inspeção Extraordinária	2	3		3		2				1					<b>11</b>
Matéria Administrativa			6												<b>6</b>
MPC – Representação	1			2	1										<b>4</b>
Pedido de Orientação Técnica															
Pedido de Revisão			2	2		2									<b>6</b>
Prestação de Contas															
Prestação de Contas – Gestão Fiscal															
Processo de Contas	2		1	4	2	13	3	1							<b>26</b>
Processo de Contas de Governo															
Processo de Contas de Gestão	1		3	5		3	2		4				1		<b>19</b>
Recurso de Embargos	9		8	19	11	19	5	3	1		1		1		<b>77</b>
Recurso de Reconsideração	9		6	7	5	9	8	1				1	1	2	<b>49</b>
Solicitação de Vista	2			4	4	7	3		2			1	2		<b>25</b>
Suspensão de Julgamento	1		1		2	2	3	1	1						<b>11</b>



Tomada de Contas															
Tomada de Contas Especial		1	1		1	1									4
Uniformização de Jurisprudência															
Denúncia	1														1
<b>TOTAL DO TRIBUNAL PLENO</b>	<b>36</b>	<b>5</b>	<b>34</b>	<b>52</b>	<b>35</b>	<b>68</b>	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>296</b>

<b>PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS</b>																
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO							TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	7	A	B	C	D	E	F	G		
<b>1ª CÂMARA</b>																
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	3		5	5								1				14
Admissão	10		13	13				1				3	2			42
Prestação de Contas de Gestão Fiscal																
Prestação de Contas																
Agravo Regimental				1												1
Infração Administrativa																
Atos Derivados de Pessoal	1			1				1								3
Embargos Declaratórios			1													1
Retificação de Certidão																
Processo de Contas				2												2
Processo de Contas de Governo	26		17	20												63
Processo de Contas de Gestão	36		33	32				6			1	1	1	1		111
Solicitação de Vista	1			2												3
Suspensão de Julgamento	1			1												2
<b>TOTAL DA 1ª CÂMARA</b>	<b>78</b>		<b>69</b>	<b>77</b>				<b>8</b>			<b>1</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>		<b>242</b>
<b>2ª CÂMARA</b>																
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão					4	3	2		2		2					13



Admissão					10	2	4									<b>16</b>
Auditoria Ordinária																
Prestação de Contas de Gestão Fiscal																
Prestação de Contas																
Agravo Regimental					1											<b>1</b>
Embargos Declaratórios						1										<b>1</b>
Infração Administrativa					1											<b>1</b>
Medida Cautelar																
Atos Derivados de Pessoal						1										<b>1</b>
Inspeção																
Processo de Contas					2	4	1									<b>7</b>
Processo de Contas de Governo					12	25	11		7							<b>55</b>
Processo de Contas de Gestão					22	44	25	4	5		1					<b>101</b>
Solicitação de Vista					7	2	3	2	1							<b>15</b>
Suspensão de Julgamento					1	4			1					1		<b>7</b>
<b>TOTAL DA 2ª CÂMARA</b>					<b>60</b>	<b>86</b>	<b>46</b>	<b>6</b>	<b>16</b>		<b>3</b>			<b>1</b>		<b>218</b>

Conselheiros:

1. Algir Lorenzon
2. Cezar Miola
3. Marco Antonio Lopes Peixoto
4. Iradir Pietroski
5. Adroaldo Mousquer Loureiro
6. Estilac Martins Rodrigues Xavier
7. Pedro Henrique Poli de Figueiredo

Audidores Substitutos de Conselheiro:

- A Heloisa Tripoli Goulart Piccinini
- B. Cesar Viterbo Matos Santolim
- C. Alexandre Mariotti
- D. Renato Luís Bordin de Azeredo
- E. Daniela Zago Gonçalves de Cunda
- F. Ana Cristina Warpechowski
- G. Letícia Ayres Lemos

#### 4 - Auditores Substitutos de Conselheiro

No decorrer do trimestre, os Auditores Substitutos de Conselheiro receberam 06 (seis) processos. Os resultados alcançados no período foram os seguintes:



<b>Pareceres Emitidos</b>	Coletivos	01
	Individuais	03
<b>Outros Pronunciamentos Individuais</b>		02
<b>Manifestações em Ações Judiciais</b>		-
<b>Total</b>		<b>06</b>

Dentre as demais atividades desenvolvidas pelos Auditores Substitutos de Conselheiro, destacam-se as seguintes:

<b>Participações nas Sessões</b>	
Tribunal Pleno	79
1ª Câmara	18
2ª Câmara	18
Primeira Câmara Especial	-
Segunda Câmara Especial	-
Câmaras Especiais Reunidas	-

<b>Substituições a Conselheiros nos Gabinetes</b>		
<b>Auditor Substituto de Conselheiro</b>	<b>Conselheiro</b>	<b>Período</b>
Heloisa Tripoli Goulart Piccinini	Estilac Xavier	26-02
	Algir Lorenzon	24 a 31-03
Cesar Santolim	Pedro Figueiredo	03 a 13-02
	Adroaldo Loureiro	18 a 20-02
Alexandre Mariotti	Estilac Xavier	31-03
Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Marco Peixoto	24 a 28-03
Ana Cristina Moraes Warpechowski	Pedro Figueiredo	12 a 19-01
	Iradir Pietroski	24 a 28-03
Letícia Ayres Ramos	Marco Peixoto	07 a 14-01



## 5 - Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Ministério Público de Contas do Estado, no exercício de suas competências, desenvolveu as seguintes atividades no trimestre:

<b>PROCURADOR E ADJUNTOS DE PROCURADOR</b>	
<b>Participação nas Sessões do Tribunal Pleno e Câmaras</b>	
<b>Tribunal Pleno</b>	
Ordinárias	10
Extraordinárias/Especiais	-
<b>Câmaras Especiais Reunidas – 1ª Câmara – 2ª Câmara</b>	
	20
<b>Participação nas Sessões Administrativas</b>	03

<b>Atividade processual</b>	
Pareceres emitidos	2.674
Promoções exaradas	108
Representações encaminhadas à Presidência	01
Encaminhamento de matéria ao MP Estadual	02
Encaminhamento de matéria ao MP do Trabalho	-
Encaminhamento de matéria ao MP do TCU	-
Recursos interpostos pelo MPC	
Informações Técnicas	56

## 6 - Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral, responsável pela correção permanente dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 23 do RITCE, no decorrer do período, elaborou 06 (seis) projetos de resolução propondo alterações nas competências e procedimentos, criando novos instrumentos de controle e regulamentando tarefas. Esses



projetos foram encaminhados à consideração dos Conselheiros. Instruiu, ainda, 01 (um) Procedimento Administrativo Disciplinar.

O quadro abaixo demonstra a situação dos processos no período de 01-01 a 31-03:

<b>ESTOQUE DE PROCESSOS</b>	<b>01-01</b>	<b>31-03</b>
Gabinete do Conselheiro Adroaldo Loureiro	300	202
Gabinete do Conselheiro Algir Lorenzon	498	310
Gabinete do Conselheiro Cezar Miola	0	0
Gabinete do Conselheiro Estilac Xavier	382	391
Gabinete do Conselheiro Iradir Pietroski	211	162
Gabinete do Conselheiro Marco Peixoto	153	149
Gabinete do Conselheiro Pedro Henrique Poli de Figueiredo	413	319
Secretaria das Câmaras Especiais e Reunidas	8	10
Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI	15968	11891
Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais – SAICE	401	223
Supervisão de Auditoria Municipal – SAM	1814	634
Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM	2562	2875
<b>TOTAL</b>	<b>22.710</b>	<b>17.166</b>

Fonte: Controle Interno de Processos – CIP085

A Ouvidoria recebeu **1843** denúncias no trimestre. Desse total, **455** não foram aproveitadas, sendo arquivadas. **1388** receberam o tratamento adequado e dessas, **538** estão aguardando manifestação do controle interno dos Jurisdicionados, resultando na conclusão de **282** demandas. O Portal TCE-RS foi o meio mais utilizado para encaminhamento das denúncias, com **94,41%** do total. Controle interno, concurso público e procedimentos licitatórios foram os temas que concentraram a maior frequência de denúncias. A Ouvidoria realizou **48** atendimentos pessoais e **296** mediante contatos telefônicos e, na avaliação de **80,19%** de seus usuários, o atendimento prestado situou-se entre os conceitos ótimo e bom.



## 7 - Direção-Geral

### 7.1 - Gabinete

O Gabinete da Direção-Geral, que entre outras atividades realiza o controle das Certidões de Decisão - Títulos Executivos extraídos em decorrência das decisões proferidas pelos órgãos julgadores do Tribunal, efetuou os seguintes registros no trimestre:

Extração de Certidões de Decisão - Títulos Executivos	74
Averbações	765

### 7.2 - Consultoria Técnica

#### Informações e Pareceres por escrito

Saldo em 31-12-2014	05
Expedientes recebidos	30
Expedientes expedidos	31
Saldo em 31-03-2015	04

#### Consultas Diversas

Consultas realizadas por telefone por entes jurisdicionados	568
Consultas realizadas por telefone por entes não jurisdicionados	42
Consultas realizadas pessoalmente por entes jurisdicionados	83
Consultas realizadas pessoalmente por entes não jurisdicionados	06
Consultas realizadas por setores do TCE	18
Consultas efetuadas por escrito com resposta expedida (Triagens)	12
Processo (Informação)	06
Pareceres Jurídicos	25
Demandas oriundas do sítio institucional do TCE na <b>Internet</b> – Fale Conosco	39
Consultas por <b>e-mail</b>	11
Notas Técnicas	01
Demandas da Ouvidoria	01
Atendimento a Regionais	14
<b>TOTAL</b>	<b>826</b>



### Atividades Desenvolvidas:

1. Assessoramentos previstos no PG-TCE-0003, bem como na Resolução nº 544/2000 – Regimento Interno do TCE/RS;
2. Atualização e consolidação dos Indicadores Econômicos;
3. Acompanhamento da legislação federal e da estadual atinente aos assuntos de interesse do Tribunal de Contas, em especial quanto às matérias tratadas na Consultoria;
4. Análise e seleção das informações da Consultoria Técnica aprovadas pelo Tribunal Pleno, com o propósito de manter atualizada a base informativa disponibilizada no sítio institucional do TCE-RS na **Internet**, no espaço da Consultoria Técnica;
5. Alimentação e atualização das informações geradas, tratadas e mantidas na *homepage*, acessada por meio do endereço eletrônico [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br), nos termos da Instrução Normativa nº 11/2004;
6. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim da Consultoria, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais;
7. Realização de estudos técnicos e participação em eventos promovidos pelo TCE-RS e por outras instituições.

## 8 - Direção Administrativa

A Direção Administrativa é responsável pela articulação de todas as atividades pertinentes à área administrativa e sua atuação se dá em estreita colaboração com a Direção-Geral e com a Direção de Controle e Fiscalização.

### 8.1 - Assessoria Administrativa

Em consonância com PG-DA 005, foram desenvolvidas as seguintes atividades no trimestre:

Informações Técnicas	13
Projetos de Instrução Normativa	05
Projetos de Instrução Normativa oriundos da DA	-
Projetos de Resolução	04
Projetos de Resolução oriundos da DA	01
Projetos de Lei	-





Projetos de Lei oriundos da DA	-
Ofícios DA-GAB	19
Despachos DA-GAB	182
Demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação – Lei federal nº 12.527/11	01
Demandas oriundas de Reclamatórias Trabalhistas	02
Participação em comissões/grupos de trabalho	-
Participação em reuniões/palestras/cursos	-
Circulares da Coordenação-Geral	02
Informações da Coordenação-Geral	04

## 9 - Atividades de Controle Externo

---

### Direção de Controle e Fiscalização

Compete à Direção de Controle e Fiscalização articular as múltiplas atividades desenvolvidas pela Área Técnica, compreendendo a Assessoria Técnica (AT), o Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), a Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações (SAPI), a Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais (SAICE), a Supervisão de Instrução de Contas Municipais (SICM) e a Supervisão de Auditoria Municipal (SAM). A seguir, a síntese das principais atividades desenvolvidas no trimestre.

#### 9.1 - Assessoria Técnica (AT)

A Assessoria Técnica exerce, entre outras, as seguintes atividades: assessorar o Diretor de Controle e Fiscalização na sua esfera de competência; elaborar estudos e informações envolvendo matérias afetas ao controle externo e de interesse do Tribunal de Contas; participar de auditorias e de inspeções por solicitação do Diretor de Controle e Fiscalização; promover a integração dos órgãos e unidades da DCF e, no que couber, com outros órgãos; participar de grupos de trabalho e comissões constituídos no âmbito da DCF



e, por deliberação superior, com as demais unidades do Tribunal; propor Projetos de Resolução e de Instrução Normativa para matérias afetas ao controle externo e à respectiva área de atuação e atuar na consolidação e implantação de metodologia de tratamento das demandas cadastradas pela Ouvidoria em conjunto com as Unidades Centrais do Controle Interno dos jurisdicionados por meio do Portal "Espaço do Controle Interno".

No decorrer do trimestre, a AT obteve os seguintes resultados:

Elaboração de Estudos	02
Elaboração de Informações	14
Participação em Auditorias e Inspeções	03
Participação em Comissões/Grupos de Trabalho	07
Proposição de Projetos de Resolução e de Instrução Normativa relativos a matérias afetas ao controle externo	01
Tratamento de demandas da Ouvidoria	*
Atividades de Representação	08
Atividades de Capacitação Técnica	06

\*As demandas de Ouvidoria não são mais tratadas na AT.

## 9.2 - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX)

O Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), órgão integrante da Direção de Controle e Fiscalização, conforme Resolução nº 1.021/2014, tem por objetivo impulsionar a utilização da tecnologia da informação como elemento auxiliar aos Serviços de Auditoria, de forma a tornar dinâmicas e tempestivas as fiscalizações e os monitoramentos das ações governamentais de seus órgãos e entidades jurisdicionados.

O CGEX iniciou seu processo de estruturação em março de 2011 e, além das diversas iniciativas voltadas à assinatura de termos de cooperação com órgãos e entidades de Estado, vem auxiliando os Serviços de Auditoria no que se refere à utilização de ferramentas de informática que apóiam as auditorias das esferas estadual e municipal.



Também realizou verificações, a partir de demandas da Ouvidoria, fornecendo informes para a área técnica, além de desenvolver e dar manutenção ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).

Em relação ao SIAPC, destaca-se o atendimento prestado aos jurisdicionados pelo CGEX que, no trimestre, atingiu os seguintes resultados:

<b>ATENDIMENTOS TÉCNICOS</b>			
<b>Telefônicos</b>	<b>Sistema de atendimento (SAS)/E-mails</b>	<b>Pessoais</b>	<b>Total</b>
1.362	83	9	1.454

No decorrer do trimestre, o CGEX obteve os seguintes resultados:

Atendimentos a outros setores da Casa (Presidência, Gabinetes de Conselheiros, Direção-Geral, Direção de Controle e Fiscalização e Assessoria Técnica)	69
Atendimentos a questionários do TCE-RS disponibilizados no sítio institucional do TCE na <b>Internet</b>	-
Atendimentos a serviços de auditoria (subsídios à auditoria)	44
Atendimentos em apoio à utilização de ferramentas de tecnologia da informação	35
Atividades de representação [Rede de Controle, Rede de Combate à Pirataria, Diretrizes de Controle Externo (Atricon) e ENCCLA]	-
Consultas e outros atendimentos a órgãos parceiros	24
Elaboração de informações (trilhas de auditoria e conhecimento)	12
Palestras em treinamentos internos	5
Palestras em eventos externos	-
Participação em Auditorias e Inspeções	1
Participação em Grupos de Trabalho	1
Outros atendimentos externos	9



No trimestre, o CGEX buscou parceiros institucionais que franqueassem acessos a seus dados e sistemas informacionais. Foram firmados os seguintes termos de cooperação:

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE</b>	<b>FIRMADO EM</b>
<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>	14/01/2015
<b>Procuradoria da República no RS</b>	02/03/2015

### 9.3 - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI

A SAPI, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:

<b>ASSUNTO</b>	<b>PROCESSOS</b>
<b>Inativações e Pensões</b>	
Inativação (instrução inicial)	6735
Inativação (análise de intimações/diligências)	1088
Inativação (reexame/reinstrução)	1709
Transferência para a Reserva e Reforma	596
Complementação de Proventos	137
Revisão de Proventos	997
Pensão/Revisão de Pensão	449
Complementação de Pensão	26
Outros (ação judicial/procs. outros órgãos/Unif. Jur.)	3
<b>TOTAL</b>	<b>11740</b>
<b>Auditoria de Admissão e Auditoria de Atos Derivados de Pessoal (análise de diligência/reexame/reinstrução)</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>682</b>
Recurso de Embargos	17



Recurso de Reconsideração	-
Embargos Declaratórios	-
Agravo Regimental	-
Pedido de Revisão	4
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>
<b>TOTAL DE PROCESSOS ANALISADOS</b>	<b>12443</b>

Fonte: CIP0085

Em cumprimento a decisões e atendendo a solicitações dirigidas a este Tribunal, foram encaminhados 234 ofícios GP, DG e DCF, de competência desta Supervisão.



#### 9.4 - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

A Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais é composta pelos seguintes serviços: Serviço de Auditoria da Área Econômica, Financeira e de Infra-Estrutura Estadual - SAEFI, Serviço de Auditoria da Área Administrativa e Social - SAAS, Serviço de Auditoria, Instrução do Parecer Prévio e Acompanhamento da Gestão Fiscal - SAIPAG, Serviço de Instrução Estadual - SIES e pelo Serviço Estadual de Suporte Operacional e Técnico - SESOT.

A SAICE, no exercício das atividades relacionadas com a atividade-fim do Tribunal, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:

ASSUNTO	
Processo de Contas (Análise, Consolidação e Outros) - SIES	40
Inspeção Especial/ Inspeção Extraordinária (Análise, Consolidação e Outros) - SIES	09
Tomada de Contas Especial - SIES	02
Recurso de Reconsideração e Pedido de Revisão - SIES	07
Auditorias Operacionais, Informações - SAIPAG	02
Auditorias de Projetos Cofinanciados por Organismos Internacionais - SAIPAG	03
Instruções Técnicas de Contas de Gestão Fiscal - SAIPAG	06
Instruções Técnicas de Contas de Governo - SAIPAG	01
Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAAS	27
Auditorias, Inspeções, Informações e Diligências - SAEFI	34
<b>TOTAL</b>	<b>131</b>

Em cumprimento a decisões e atendendo a solicitações dirigidas a este Tribunal, foram encaminhados 157 ofícios GP, DG e DCF, de competência desta Supervisão.



## 9.5 - Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM

No primeiro trimestre do exercício, a Supervisão de Instrução de Contas Municipais esteve constituída pelos Serviços de Instrução Municipal I e II e pelo Serviço de Suporte Operacional e Técnico Municipal.

No âmbito dos Serviços Instrutivos, desenvolveu as seguintes atividades:

<b>Tipo de Processo - Atividade</b>	<b>Quantidades</b>
Relatório Geral de Contas de Governo e Contas de Gestão	33
Análise e Esclarecimentos de Contas de Gestão, Contas de Governo e Inspeções Especiais, Extraordinárias, Tomada de Contas Especiais e Representações do Ministério Público junto ao TCE-RS.	401
Instrução Técnica de Recursos	91
<b>SOMA DE RELATÓRIOS E INSTRUÇÕES TÉCNICAS</b>	<b>525</b>

No âmbito do Serviço de Suporte apresentou a seguinte movimentação de processos, no trimestre:

<b>ASSUNTO</b>	<b>PROCESSOS</b>
Processo de Contas – Outros	30
Processo de Contas - Executivo	16
Contas de Governo	118
Contas de Gestão	1.042
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	3
Inspeção Especial	8
Recurso de Embargos	173
Recurso de Reconsideração	42
Pedido de Revisão	6



Infração Administrativa	--
Inspeção Extraordinária	5
Prestação de Contas	10
Tomada de Contas	4
Tomada de Contas Especial	9
Representação do MPC	1
Auditoria Operacional	--
Relatório Geral das Contas	
Outros	17
<b>TOTAL DE PROCESSOS ANALISADOS</b>	<b>1.484</b>

Em cumprimento a decisões e atendendo a solicitações dirigidas a este Tribunal, foram encaminhados 50 ofícios GP, DG e DCF, de competência desta Supervisão.

#### 9.6 - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

A Supervisão de Auditoria Municipal é composta pelos seguintes serviços: Serviço de Auditoria de Porto Alegre, Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre I e II, nove Serviços Regionais de Auditoria, Serviço de Acompanhamento de Gestão e Serviço de Apoio e Suporte Operacional e Técnico.

Os resultados dos Serviços de Auditoria, relacionados aos Processos de Contas de Gestão, Processos de Auditoria de Admissão, Processos de Auditoria de Atos Administrativos Derivados de Pessoal e Processos de Inspeção Especial e Extraordinária, alcançaram os seguintes resultados, no trimestre:

<b>SERVIÇOS DE AUDITORIA</b>	<b>AUDITORIAS, INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS</b>
<b>SPA</b> - Serviço de Auditoria de Porto Alegre	01
<b>SRPA I</b> - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre I	22
<b>SRPA II</b> - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre	13





<b>SRCS</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Caxias do Sul	37
<b>SREC</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Erechim	49
<b>SRFW</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Frederico Westphalen	65
<b>SRPF</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Passo Fundo	46
<b>SRPL</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Pelotas	15
<b>SRSA</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santo Ângelo	68
<b>SRSC</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Cruz do Sul	26
<b>SRSL</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santana do Livramento	5
<b>SRSM</b> - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Maria	35
<b>TOTAL</b>	<b>382</b>

Os atendimentos prestados pelos Serviços Regionais de Auditoria aos jurisdicionados atingiram os seguintes resultados, no trimestre:

Serviços Regionais	ATENDIMENTOS TÉCNICOS		
	Telefônicos	Pessoais	TOTAL
<b>SRCS</b>	07	04	11
<b>SREC</b>	68	21	89
<b>SRFW</b>	54	24	78
<b>SRPF</b>	33	05	38
<b>SRPL</b>	24	52	76
<b>SRSA</b>	17	08	25
<b>SRSC</b>	03	03	06
<b>SRSL</b>	07	06	13
<b>SRSM</b>	11	07	18
<b>TOTAL</b>	224	130	354

Os resultados do Serviço de Acompanhamento de Gestão – SAG, relacionados aos itens de Gestão Fiscal, no trimestre, foram os seguintes:

Tipos de Análise - Instrução Técnica (IT)	Quantidade
Instrução Técnica Final - Contas de Governo – 2014	<b>51</b>
Instrução Técnica Final - Contas de Gestão – 2014	<b>76</b>
IT de Acompanhamento de Gestão – Contas de Governo – 2014 – Alertas	<b>6</b>